



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2015 (Do Sr. Eduardo Barbosa)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, acerca do Tratado Binacional entre o Brasil e a Ucrânia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo **Ministro de Estado da Defesa** acerca do Tratado Binacional firmado entre o Brasil e a Ucrânia.

Assinado em 2003, o Acordo de Cooperação Espacial firmado entre Brasil e Ucrânia para o desenvolvimento do foguete Cyclone-4 e seu lançamento desde a Base de Lançamentos de Alcântara, será cancelado por decisão do governo brasileiro. A justificativa, embora não oficial, teria a ver com o período de austeridade fiscal, embora os 12 anos de sua vigência e os gastos estimados em mais de R\$ 1 bilhão, não tenham produzido avanços concretos.

O governo ucraniano reclama da postura brasileira, pois esta teria sido uma decisão unilateral. Além disso, a decisão não foi formalizada o que implica na vigência do acordo e no cumprimento de suas obrigações conforme preconizam os tratados internacionais.

Em abril, o governo brasileiro reconheceu que a decisão está tomada desde janeiro, período em que a presidente Dilma Rousseff inaugurou o seu segundo mandato. Respalhada pela presidente, a decisão de romper o acordo com a Ucrânia contou com o apoio dos ministros da Defesa, Jaques Wagner; da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo; da Casa Civil, Aloizio Mercadante; e das Relações Exteriores, Mauro Vieira. No entanto, até a presente data, o Brasil não formalizou sua decisão ao governo ucraniano.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Importante destacar que o acordo de cooperação implicou na criação de uma empresa binacional, a *Alcântara Cyclone Space (ACS)*, que pelo lado brasileiro chegou a ser presidida pelo ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral.

Ante o exposto, e dada a importância estratégica do Programa Espacial Brasileiro, cumpre-nos questionar acerca da:

1. O que, de fato, levou o governo brasileiro a desistir do Acordo de Cooperação Espacial com a Ucrânia?
2. Por que a decisão não foi comunicada formalmente àquele governo e quando isso ocorrerá?
3. Quais os procedimentos legais que devem ser adotados pelo Brasil para tornar sem efeito o acordo vigente?
4. Qual o impacto que o cancelamento deste acordo terá e/ou vem tendo sobre o Programa Espacial Brasileiro?
5. O Brasil pretende substituir a Ucrânia por outro parceiro para levar adiante o projeto e/ou substituí-lo por outro mais moderno?
6. O Brasil negocia a aquisição de baterias antiaéreas russas e tem aprofundado o relacionamento em Defesa com a Rússia, parceira nos BRICS. A Rússia poderia substituir a Ucrânia neste acordo? Há algum entendimento e/ou negociação neste sentido?
7. Os Estados Unidos também já demonstraram interesse em desenvolver um programa espacial em parceria com o Brasil, inclusive a partir da Base de Lançamentos de Alcântara. No dia 30 de junho, o ministro da Defesa estará em Washington para a visita presidencial e a segunda reunião do Diálogo de Cooperação em Defesa. Este é um assunto que será tratado pelos dois países?
8. Como fica a empresa binacional Alcântara Cyclone Space e o seu capital criado justamente para viabilizar o projeto?
9. Qual o montante investido pelo Brasil no projeto do foguete Cyclone-4 e qual o tamanho do prejuízo aos cofres públicos?
10. Qual o futuro da Base de Lançamentos de Alcântara e do Programa Espacial Brasileiro?

Brasília, em 17 de junho de 2015.

Deputado **Eduardo Barbosa**
(PSDB/MG)